



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Paulo Teixeira PT/SP

REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº _____, DE 2026

(Do Sr. PAULO TEIXEIRA)

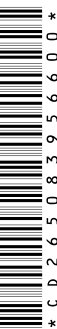
Requer a realização de Audiência Pública, em formato híbrido, no âmbito desta Comissão, com o objetivo de debater o "**Plano Alimento no Prato (PLANAB 2025-2028) — avanços, desafios e perspectivas para a Política Nacional de Abastecimento Alimentar**", com foco no monitoramento de suas ações, contradições do sistema de abastecimento nacional e estratégias para a ampliação do seu financiamento orçamentário.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural,

Com fulcro nas disposições regimentais desta Casa, requero a Vossa Excelência a realização de **Audiência Pública**, a ser realizada em formato híbrido (presencial e virtual), na segunda quinzena de junho de 2026, no período das 9h00 às 12h00, com o objetivo de debater o "**Plano Alimento no Prato — avanços, desafios e perspectivas para a Política Nacional de Abastecimento Alimentar (PLANAB 2025-2028)**".

JUSTIFICATIVA

A estruturação de políticas de promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil teve um marco histórico em 2006 com a instituição do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), por meio da Lei nº 11.346 (LOSAN). Esse arcabouço permitiu que o país, de forma inédita, saísse do Mapa da Fome da ONU em 2014.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Paulo Teixeira PT/SP

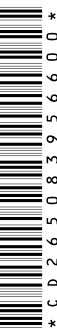
Contudo, o período entre 2016 e 2022 foi caracterizado pela severa desestruturação dessas salvaguardas, cenário agravado pela pandemia de Covid-19, o que empurrou novamente milhões de brasileiros para a insegurança alimentar grave.

A partir de 2023, com a recriação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) e a instituição inédita da Secretaria de Abastecimento, Cooperativismo e Soberania Alimentar (SEAB), o Governo Federal priorizou o fortalecimento da agricultura familiar e a retomada das políticas de soberania alimentar. O impacto dessas ações culminou na nova retirada do Brasil do Mapa da Fome global em 2025.

Consolidando esse esforço, o Decreto nº 11.820 instituiu a Política Nacional de Abastecimento Alimentar (PNAAB), servindo de base para o lançamento do Plano Nacional de Abastecimento Alimentar “Alimento no Prato” (PLANAB 2025-2028). O PLANAB articula 29 iniciativas e 92 ações estratégicas divididas em 6 eixos que englobam desde a distribuição e comercialização até o acesso à terra e água.

A despeito de tais avanços, o sistema de abastecimento nacional ainda enfrenta profundas contradições:

- O Brasil ocupa o posto de 2º maior exportador agropecuário do planeta e lidera a produção mundial de carne bovina;
- Em contrapartida, mais de 18 milhões de famílias sofrem com algum grau de Insegurança Alimentar e Nutricional (InSAN), sendo 2,5 milhões em estado grave;
- Cerca de um terço da produção de hortifrúti é desperdiçada antes de chegar ao consumidor;
- Há uma extrema concentração de mercado, onde 5 empresas controlam quase metade do setor supermercadista e 78% do faturamento, gerando desertos e pântanos alimentares nas regiões periféricas e de menor potencial lucrativo.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Paulo Teixeira PT/SP

Diante do início do monitoramento das ações do PLANAB pelo seu Comitê Gestor Interministerial, faz-se urgente abrir um debate qualificado entre o Poder Executivo, o Poder Legislativo e a sociedade civil para tratar do adequado **financiamento e orçamento da Política Nacional de Abastecimento Alimentar**. Apenas com investimentos robustos e estruturantes será possível mitigar as desigualdades logísticas e de mercado, garantindo alimento saudável a preço justo para a população mais vulnerável.

CONVIDADOS PROPOSTOS

Para compor a mesa de debates e o plenário, sugere-se a convocação/convite das seguintes autoridades e entidades:

1. Sra. Fernanda Machiavelli, Ministra do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
2. Sr. Mauro Oliveira Pires, Presidente do ICMBio
3. Sr Sílvio Porto, Presidente da CONAB
4. Sr. José Lourenço Pechtoll, Presidente da CEAGESP
5. Sr. Hideraldo Henrique Silva, Presidente CEASA Minas
6. Sr César Aldrighi, Presidente do Incra
7. Elisabetta Recine – Presidenta Consea Representação da Mesa Diretiva do Condraf
8. Representante da Coordenação Colegiada do CP-Abastecimento do Condraf.

Sala de sessão, [Data].

Deputado PAULO TEIXEIRA
PT/SP

